

BanCoP - BANCO COMUNITÁRIO DE PINDORETAMA: EXPERIÊNCIAS DE MICRO FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO DE BANCOS COMUNITÁRIOS.

Prof. Amilton Moreira de Matos Silva
EEM Julia Alenquer Fontenele

Participantes: Ednildo Ferreira dos Santos; João Vitor Rodrigues Sousa

RESUMO

A presente pesquisa se insere no tema da economia solidária (ES) e concentra a atenção no estudo sobre a experiência da comunidade de Caponga da Bernarda em Aquiraz, no processo de implantação de seu Banco Comunitário de Desenvolvimento da Caponga da Bernarda. A fundamentação teórica foi construída a partir de três eixos: a economia solidária; os elementos constitutivos da organização comunitária; os bancos comunitários de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Banco Comunitário – Moeda – Economia

BanCoP - COMMUNITY BANK OF PINDORETAMA: EXPERIENCES OF SOLIDARITY MICRO FINANCE IN THE DEVELOPMENT OF COMMUNITY BANKS.

ABSTRACT

The present research if inserts in the subject of the solidary economy (SE) and concentrates the attention in the study on the experience of the community of Caponga of the Bernarda in Aquiraz, in the process of implantation of its Communitarian Bank of Development of the Caponga of the Bernarda. The theoretical recital was constructed from three axles: the solidary economy; the constituent elements of the communitarian organization; the communitarian banks of development.

Keywords: Communitarian bank - Currency - Economy

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere no tema da economia solidária (ES) e concentra a atenção no estudo sobre a experiência da comunidade de Caponga da Bernarda em Aquiraz, no processo de implantação de seu Banco Comunitário de Desenvolvimento da Caponga da Bernarda. Com esse foco, buscamos compreender os elementos da constituição histórica e da interação social da comunidade de Caponga da Bernarda que contribuiram para a implantação deste empreendimento econômico solidário.

A fundamentação teórica foi construída a partir de três eixos: a economia solidária; os elementos constitutivos da organização comunitária; os bancos comunitários de desenvolvimento.

Os registros das reflexões teóricas e das experiências práticas ligadas à economia solidária (ES) e aos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) têm se multiplicado ao longo dos anos. Há diferentes entendimentos sobre a ES, mas a existência do empreendimento econômico solidário chamado banco comunitário de desenvolvimento (BCD) referenda a compreensão de que a economia solidária contempla a hibridação de economias, a construção conjunta da oferta e da demanda, reproduzindo-se nos interstícios da economia capitalista, sem incorporar os valores desta, e regulando a sociedade sob formas mais solidárias (FRANÇA FILHO, 2002).

Mas quando se pensa no protagonismo comunitário para a promoção do desenvolvimento local, pressupõe-se um conjunto de elementos ligados à organização comunitária, tais como o exercício do diálogo, da democracia, da autogestão, da cooperação, da solidariedade, da valorização dos vínculos interpessoais, da aprendizagem coletiva, do fortalecimento do sentimento de pertença e da identidade grupal (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006b; NEIVA, BRAZ, NAKAGAWA, MASCARENHAS, 2013; MELO NETO & MAGALHÃES, 2008; LÉVY, 2007; GON, 2004; HOGGART, 2001; LEFEBVRE, 1991; SOUZA, 1987).

Por causa deste entendimento é que comunidades que apresentam um processo organizativo comunitário têm sido estimuladas por instituições fomentadoras a criarem BCDs, como forma de promoção do desenvolvimento local e de democratização das finanças com um caráter solidário e permeadas por relações de proximidade (FRANÇA FILHO, et. al., 2013; MELO NETO E MAGALHÃES, 2006).

Para o estudo desse processo foi necessário buscar referências em experiências de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. Por ter sido a primeira experiência de BCD no Brasil, por apresentar características peculiares em relação a outras experiências de finanças solidárias no mundo e por continuar sendo uma iniciativa tão promissora, as características do Banco Palmas contribuem para a delimitação da concepção e do “modelo” dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil, sendo, inclusive, reconhecido como a principal referência para programas governamentais de multiplicação deste tipo de banco.

Os BCDs apresentam três aspectos articulados: a) modo autogestionário de operar, sob a lógica de proximidade, do contato pessoal, da mediação social baseada em valores como confiança, lealdade e solidariedade; b) objetivo focado no fomento do desenvolvimento local, delineado pela própria comunidade; c) maneira de garantir a sustentabilidade,

combinando a lógica de autofinanciamento à de transferência direta de recursos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010, p. 23-24).

A orientação metodológica, que adotamos para a realização deste estudo de caso, se configura como uma pesquisa-ação, de base qualitativa, com classificação ideográfica e interpretação fundamentada na análise do discurso.

O processo de coleta de dados, realizado em quase um ano, permitiu: a identificação de preceitos da economia solidária nos comportamentos verbais e não verbais de membros da comunidade; o entendimento sobre a dinâmica de articulação da comunidade com organizações internas e externas ao território; a compreensão acerca da ambiência da organização social local; a percepção de que há uma conjuntura política favorável para a multiplicação de bancos comunitários pelo país e o levantamento da visão de futuro da e sobre a comunidade.

OBJETIVOS

Geral

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

Específicos

Diante da inquietação por responder a questão central, o objetivo geral deste trabalho é implantar a dinâmica do processo de organização local favorável à criação do Banco Comunitário de Pindoretama. Para alcançá-lo, desdobramos tal questão nos seguintes objetivos específicos:

1. Descrever como o município de Pindoretama deverá ser estruturado de acordo com o processo de organização social de outras comunidades;
2. Identificar informações históricas de como se constituiu o município de Pindoretama;
3. Caracterizar o papel, os recursos e os interesses dos atores internos e externos o município de Pindoretama para a implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pindoretama;

4. Analisar e Implantar a dinâmica da interação social, entre os diferentes atores, durante o processo de organização para a inauguração do Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pindoretama.

METODOLOGIA

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento atuam no sentido de apoiar a organização de comunidades a partir da reordenação da economia do seus territórios. A estratégia adotada consiste em democratizar e redefinir instrumentos econômico-financeiros que levam à organização, em cada comunidade, de estratégias próprias de desenvolvimento territorial.

As etapas e fases abaixo descritas não caracterizam um passo a passo para a estruturação de um BCD, mas sim pontos importantes que devem ser trabalhados em conjunto e constante diálogo com as comunidades gestoras do BCD, e podem variar de acordo com as especificidades de cada comunidade. Dessa forma, o tempo estimado para o desenvolvimento deste processo também está sujeito a variações. As etapas podem acontecer concomitantemente, por exemplo. A ordem de acontecimento das ações vai depender da realidade e contexto de cada local. É possível também não desenvolver alguma etapa apresentada. Cada BCD deve encontrar seus pontos fortes, e potencializar ações e articulações existentes na comunidade. Para o banco ser exitoso, é necessário que a comunidade se envolva, atue e tenha sentimento de pertencimento em relação ao BCD, que aparece como uma ferramenta de potencialização do desenvolvimento comunitário.

Mapeamento

Deve ser realizado um mapeamento de possíveis locais nas cidades onde se pretende implementar um BCD.

Diagnóstico e articulação na comunidade

Nas primeiras visitas às comunidades, são realizadas reuniões com os parceiros locais.

Organização comunitária

a) Associação

b) Comunidade

Ambiência para o desenvolvimento da economia solidária

Demanda pelos principais serviços financeiros que um BCD pode oferecer (crédito produtivo, crédito de consumo, moeda social, correspondente bancário)

Estratégia para construção de carteira de crédito e lastro para moeda social

QUESTÕES PARA UM MODELO DE FUNCIONAMENTO

Após a realização do diagnóstico, é possível escolher o local e a associação mais adequada para abrigar o BCD.

SENSIBILIZAÇÃO

Definida a viabilidade do BCD em determinada comunidade, e o modelo a ser implementado em linhas gerais, passa-se à discussão e construção com a comunidade.

IMPLEMENTAÇÃO DO BCD

Em todo o processo deve-se, transversalmente, apoiar e fomentar a consolidação do Comitê Gestor e do Fórum de Desenvolvimento Local.

Construção da identidade

Processo de seleção dos trabalhadores

Estrutura

Comitê de Análise de Crédito (CAC)

Definição da Política de Crédito do banco

Mapeamento de consumo e produção local

Definição e articulação para correspondente bancário

Comunicação

Captação de recursos

FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

O processo de formação e capacitação dos agentes dos BCDs e das entidades gestoras deve ser permanente e transversal a todas as ações, desde a etapa de mapeamento e sensibilização, até as atividades cotidianas do banco, mesmo após sua inauguração.

INAUGURAÇÃO DO BANCO

É importante realizar um evento de inauguração do banco, ainda que o mesmo possa iniciar suas atividades antes desse evento.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES

Após a estruturação, o BCD entra na etapa de apoio a manutenção de suas atividades, e o trabalho passar a ser específico de acordo com as demandas do BCD.

RESULTADOS

Na estrutura da sociedade há um conjunto de elementos complexos do sistema político, econômico, cultural e educacional que complicam a superação da pobreza em seu sentido amplo: material e cultural.

Na nossa visão, o exercício da cooperação e da autogestão no trabalho em equipe contempla quatro dimensões interdependentes: reflexão, decisão, deliberação e ação. Se alguma destas dimensões não é trabalhada coletivamente, entendemos que isso provoca um desequilíbrio no processo de construção grupal, que reflete a identidade do coletivo. Ficou evidente a relevância do processo educativo/formativo para a formação de lideranças comunitárias, para a mudança de valores, para o estímulo à realização de iniciativas comunitárias e ao estabelecimento de parcerias com pessoas e organizações que acolham as demandas comunitárias.

Os processos educativos desenvolvidos por instituições locais e externas à comunidade incitaram, no grupo de lideranças com quem convivemos, a confiança em seus objetivos e ideais, o fortalecimento do vínculo com a comunidade. Foi perceptível, no discurso e nas práticas observadas, que estas lideranças têm um forte sentimento de pertença, o qual os mobiliza a lutarem por melhorias para a comunidade.

Apesar de não ser foco do nosso trabalho, consideramos importante mencionar alguns aspectos, de nível macrossistêmico, pois a experiência deste caso está inserida num contexto propenso à multiplicação de BCDs pelo Brasil, haja vista o envolvimento de organizações sociais e do poder público para essa disseminação.

No que tange aos apoios de entes governamentais para os bancos comunitários no Brasil, algumas questões despontam: 1) Será que podemos considerar que o apoio governamental, em seus diferentes níveis, são efetivos e eficientes para uma mudança estrutural?; 2) Se a economia solidária e os BCDs lutam contra a acumulação do capital, a aliança com bancos privados não seria contraditória, ideologicamente?; 3) Considerando a divergência entre a natureza dos bancos privados (voltada para a concentração de lucro nas mãos dos banqueiros, para o investimento atrelado ao retorno

financeiro, para uma responsabilidade social como estratégia para aumentar seus lucros) e a natureza dos BCDs, portanto, qual será o resultado no médio e longo prazos da relação entre estes dois tipos de empreendimentos econômicos?

As pesquisas sobre estes e outros temas ampliarão a compreensão sobre a realidade dos bancos comunitários de desenvolvimento no país e, por conseguinte, subsidiarão o aprimoramento dessa tecnologia social.

RELEVÂNCIA

Considerando a importância do fenômeno em si – a concretização de uma tecnologia social autogestionária numa sociedade individualista, competitiva e consumista, que enfrenta inúmeros desafios na tarefa de debelar seus profundos problemas sociais – o estudo aqui relatado também encontra sua justificativa no buscar trazer à tona as dificuldades e potencialidades das experiências voltadas para projetos comunitários no município de Pindoretama.

Temos, assim, a expectativa de que as contribuições descritivas e analíticas expostas sirvam para o entendimento científico do complexo tema **bancos comunitários de desenvolvimento** e para fornecer a possibilidade de, juntamente com a comunidade, refletirmos sobre elementos importantes que precisam ser compreendidos e trabalhados na sua realidade para a melhoria da busca do desenvolvimento local.

Apesar da comunidade em análise ser vulnerável social e economicamente – semelhantemente a outros territórios no estado do Ceará e do Brasil – sabemos que cada comunidade tem as suas especificidades, constituídas por sua trajetória de luta, pela ocupação do seu território, suas conquistas, seus desafios, seus anseios, sua cultura, entre outros.

IMPACTOS

A criação do BCD de Pindoretama no próprio município de Pindoretama surge num período em que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, as ações governamentais, os apoios não governamentais para esta tecnologia social se ampliam. Sendo assim, a abertura do BCD de Pindoretama se deve à organização social local na condução do processo de implantação, mas também é produto dos apoios diretos das incubadoras universitárias e do governo federal e dos apoios indiretos das instituições não governamentais, internas e externas à comunidade, que têm atuado na comunidade desde a década de 1990, disseminando os valores da economia solidária.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento de Pindoretama pode se configurar, no futuro, como um empreendimento de ampla atuação na comunidade porque tem um coletivo de lideranças obstinadas e duas instituições comunitárias que trabalham para a promoção do desenvolvimento local, sustentável e solidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto em que vivemos é notório o culto ao individualismo, à competição, ao consumismo, à interação virtual, à valorização do poder aquisitivo, como também é corolário a alienação política e a conformidade com as políticas assistencialistas. Assim, a ambiência atual tornou-se complexa demais e, para que aconteçam mudanças estruturais realmente efetivas, as intervenções para a melhoria da qualidade de vida da população demandam esforços múltiplos da sociedade como um todo, dirigidos pelo real interesse de beneficiar os seres humanos em perspectiva universalista.

Assim, percebemos que os limites de uma comunidade estão no grau de repercussão participativa de seus moradores, que nem sempre se reconhecem nos interesses e preocupações elencados por um ou mais grupos dentro do território. No entanto, esses limites não são impeditivos de que lideranças do município de Pindoretama se mobilizem e, motivadas pelo “compromisso”, conquistem outras pessoas para o movimento de luta, com o intuito de provocar mudanças e melhorias na comunidade, mesmo discernindo que muitos moradores não se engajam na luta.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Braziliense, 1995.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 20-26.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais** – pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In. KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005. p. 31-40.
- Socioeconomia Solidária. In CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 232–242.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. Brasília: BCB, 2010. v. 1, n. 1.

